



Governo do Distrito Federal  
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
Seção de Contratos e Convênios  
Subseção de Elaboração e Registro de Contratos

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 33/2023 - CBMDF**, nos termos do Padrão n.º 04/2002.

**Processo n.º 00053-00167806/2023-11.**

1. **DAS PARTES**

1.1. O Distrito Federal, por meio do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**, doravante denominado **CBMDF**, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.977.914/0001-19, representado neste instrumento pelo Cel. QOBM/Comb. Hélio Pereira Lima, portador do RG n.º 08.105 - CBMDF e do CPF n.º 539.844.041-15, Diretor de Contratações e Aquisições, de acordo com o inciso XVI do art. 7º do Decreto n.º 7.163, de 29/04/2010; e combinado com a delegação de competência prevista na Portaria n.º 21, de 24/03/2011 e a empresa **REAL JG FACILITIES LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.247.960/0001-62, com sede no SIBS, Quadra 01, Conjunto B, Lote 16, Núcleo Bandeirante - DF, CEP: 71.736-102, Tel.: (061) 3363-7575, (061) 9 9239 1389, (061) 9 9316 1759 e (061) 9 980 53152, e-mail: comercial@realjg.com.br e gerentecomercial@realjg.com.br, representada por Flávia Macena de Sousa, portador (a) do RG n.º 2.776.181 SSP-DF e do CPF n.º 029.999.161-08, conforme poderes conferidos pelo contrato social (119104712), na qualidade de representante legal.

2. **DO PROCEDIMENTO**

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital do PE n.º 81/2022 - DICOA/DEALF/CBMDF (119104280); das Propostas (119141638 e 119143475); do Decreto Distrital n.º 36.520/2015; da Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Distrital n.º 23.460/2002; do Decreto Federal n.º 10.024/2019, recepcionado pelo Decreto Distrital n.º 40.205/2019; da Lei Distrital n.º 4.770/2012; do Decreto Distrital n.º 26.851/2006; da Lei Distrital n.º 6.112/2018, regulamentada pelo Decreto Distrital n.º 40.388/2020; da Instrução Normativa n.º 05/2017 de 26 de maio de 2017 - SEGES/ME, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 38.934/2018; da Lei Distrital n.º 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital n.º 34.649/2013; e da Lei n.º 8.666/93, além de outras normas aplicáveis à espécie.

3. **DO OBJETO**

3.1. O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação nas Unidades Operacionais (item 1) e Unidades Hospitalares (item 3) do CBMDF, consoante especifica o Edital do PE n.º 81/2022 - DICOA/DEALF/CBMDF (119104280) e as Propostas (119141638 e 119143475), que passam a integrar o presente Termo.

3.2. Fazem parte do escopo do presente contrato as seguintes Unidades Operacionais e Hospitalares, conforme itens 9.1.1. e 9.1.3. do Termo de Referência:

3.3. ITEM 1 - Unidades Operacionais:

3.3.1. 46º GBM - TAGUATINGA SUL;

3.3.2. GAVOP/1º ESAVI;

3.3.3. GBSAL - VILA PLANALTO;

3.3.4. 1º GBM - VILA PLANALTO;

3.3.5. 4º GBM (GPRAM) - ASA NORTE;

3.3.6. 15º GBM - ASA SUL;

3.3.7. 7ª GBM - BRAZLÂNDIA;

3.3.8. 19º GBM - CANDANGOLÂNDIA;

- 3.3.9. 41º GBM - CEILÂNDIA NORTE;
- 3.3.10. 8ª GBM - CEILÂNDIA;
- 3.3.11. NCUST (CRUZEIRO)
- 3.3.12. 16º GBM - GAMA;
- 3.3.13. 13ª GBM - GUARÁ;
- 3.3.14. 1º GAEPH;
- 3.3.15. 3º GBM - SIA;
- 3.3.16. 34º GBM - LAGO NORTE;
- 3.3.17. 11ª GBM - LAGO SUL;
- 3.3.18. 6ª GBM - N. BANDEIRANTE;
- 3.3.19. 10ª GBM - PARANOÁ;
- 3.3.20. 9ª GBM - PLANALTINA;
- 3.3.21. 36º GBM - REC. DAS EMAS;
- 3.3.22. 21º GBM - RIACHO FUNDO;
- 3.3.23. POSTO AVANÇADO SIERRA II;
- 3.3.24. 12ª GBM - SAMAMBAIA;
- 3.3.25. 37º GBM - SAMAMBAIA;
- 3.3.26. 18º GBM - SANTA MARIA;
- 3.3.27. 17º GBM - SÃO SEBASTIÃO;
- 3.3.28. 22º GBM - SOBRADINHO;
- 3.3.29. 45º GBM - SUDOESTE;
- 3.3.30. 2º GBM - TAGUATINGA;
- 3.3.31. 25º GBM - ÁGUAS CLARAS;
- 3.3.32. POSTO AVANÇADO GBS - DELTA 1.

3.4. ITEM 3 - Unidades Hospitalares e/ou Assemelhadas:

- 3.4.1. POMED/PODON (ADMINISTRATIVO);
- 3.4.2. FISIOTERAPIA (ADMINISTRATIVO);
- 3.4.3. DISAU;
- 3.4.4. PODON (INSALUBRIDADE);
- 3.4.5. POMED (INSALUBRIDADE).

4. **DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

- 4.1. O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei n.º 8.666/93.
- 4.2. Fica estipulado o dia 12 de setembro de 2023 para o início da prestação dos serviços.
- 4.3. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do presente objeto.

5. **DO VALOR**

- 5.1. O valor total estimado do Contrato é de **R\$ 22.462.158,60 (vinte e dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e cinquenta e oito reais e sessenta centavos)**, referentes aos itens 1 e 3, Unidades Operacionais e Hospitalares, respectivamente, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária 2023, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

ITEM 1 - UNIDADES OPERACIONAIS - SEGUNDA-FEIRA À DOMINGO					
DESCRIÇÃO	Unid.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL CONTRATO (30 MESES)
Servente - Segunda à Domingo	Mês	98	R\$ 5.099,23	R\$ 499.724,54	R\$ 14.991.736,20
Encarregado - Segunda à Domingo	Mês	3	R\$ 7.535,81	R\$ 22.607,43	R\$ 678.222,90
VALOR TOTAL ITEM 1				R\$ 522.331,97	R\$ 15.669.959,10

ITEM 3 - UNIDADES HOSPITALARES - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA					
DESCRIÇÃO	Unid.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL CONTRATO (30 MESES)
Servente - Segunda à Sexta-feira	Mês	19	R\$ 4.641,26	R\$ 88.183,94	R\$ 2.645.518,20
Servente Insalubridade - Segunda à Sexta-feira	Mês	25	R\$ 5.229,15	R\$ 130.728,75	R\$ 3.921.862,50
Encarregado - Segunda à Sexta-feira	Mês	1	R\$ 7.493,96	R\$ 7.493,96	R\$ 224.818,80
VALOR TOTAL ITEM 1				R\$ 226.406,65	R\$ 6.792.199,50

5.2. Observado o interregno mínimo de um ano a partir da data do orçamento aos quais as propostas se referirem (Unidades Operacionais - item 1 e Hospitalares e Unidades Operacionais - item 3), o Contrato celebrado terá seus valores anualmente repactuados, conforme disposições constantes nos artigos 53 e seguintes da Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito Distrital pelo Decreto nº 38.934/2018 e conforme discriminado no Edital de Licitação do PE nº 81/2022 - DICOA/DEALF/CBMDF (119108309).

5.3. A repactuação do Contrato poderá ser celebrada por Apostilamento ao Contrato.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

6.2. Para o serviço de limpeza e conservação:

I – Unidade Orçamentária: 170394.

II – PTRES: 89302.

III – Natureza da Despesa: 339037.

IV – Fonte de Recursos: 100 - FPDF.

6.2.1. O empenho inicial é de R\$ 2.507.585,54 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), conforme Nota de Empenho nº 510 (119715453), emitida em 10/08/2023, na modalidade Estimativo.

6.3. Para o material de limpeza e prod. de higienização:

I – Unidade Orçamentária: 170394.

II – PTRES: 89302.

III – Natureza da Despesa: 339030.

IV – Fonte de Recursos: 100 - FPDF.

6.3.1. O empenho inicial é de R\$ 185.178,04 (cento e oitenta e cinco mil, cento e setenta e oito reais e quatro centavos), conforme Nota de Empenho nº 511 (119715667), emitida em 10/08/2023, na modalidade Estimativo.

6.4. Para manutenção e conserv. de bens imóveis:

I – Unidade Orçamentária: 170394.

II – PTRES: 89302.

III – Natureza da Despesa: 339039.

IV – Fonte de Recursos: 100 - FPDF.

6.4.1. O empenho inicial é de R\$ 2.695,46 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), conforme Nota de Empenho nº 512/2023 (119715933), emitida em 10/08/2023, na modalidade Estimativo.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.1.1. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

7.1.2. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item 7.1.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 08.977.914/0001-19.

7.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

7.3.1. Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

7.3.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

7.3.4. Certidão de regularidade relativa a débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidão](http://www.tst.jus.br/certidão);

7.3.5. Folha de pagamentos do mês a que se referem as Notas Fiscais ou Faturas, bem como planilhas contendo os materiais de consumo fornecidos com os respectivos aceites dos responsáveis por cada unidade;

7.3.6. Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador que esteja prestando ou que tenha prestado serviço no CBMDF, relativo ao mês de pagamento;

7.3.7. Comprovantes de pagamentos de salários, vales transporte, auxílio alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências do CBMDF, inclusive em caráter temporário, do mês anterior à Nota Fiscal;

7.3.8. Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;

7.3.9. Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;

7.3.10. Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;

7.3.11. Protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social;

7.3.12. Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE) relativa ao mês a que se referem às Notas Fiscais ou Faturas, contendo todos os funcionários vinculados ao Contrato, e que prestaram serviços nas dependências das Unidades do CBMDF, inclusive em caráter temporário, durante esse período;

7.3.13. Comprovação de pagamento de Planos de Saúde;

7.3.14. Lista dos funcionários efetivos, em ordem alfabética, do mês em liquidação, constando se o funcionário está contratado ou se foi demitido.

7.4. Os pagamentos, pelo CBMDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:

- 7.4.1. Os pagamentos à empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- 7.4.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- 7.4.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 7.5. As provisões de encargos sociais e trabalhistas serão deduzidas do pagamento do valor mensal devido à Contratada e depositadas em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, garantindo os recursos necessários para o cumprimento de obrigações trabalhistas a que fazem jus os colaboradores da Contratada que prestam serviços em caráter de exclusividade ao CBMDF.
- 7.6. O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:
- 7.6.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.6.2. férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- 7.6.3. impacto sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário; e
- 7.6.4. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa.
- 7.7. As provisões constantes da cláusula anterior constituirão um percentual de retenção sobre o valor pago mensalmente à empresa Contratada, sendo que o montante a ser retido evidenciará a soma dos percentuais individuais de cada uma delas, conforme quadro abaixo:

<b>PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO (MÓDULO 1) PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>%</b>
13º salário	8,33%
Férias e 1/3 Constitucional	11,11%
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00%
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário	7,39%
<b>TOTAL</b>	<b>30,83%</b>

- 7.8. As provisões de encargos sociais e trabalhistas deduzidos do pagamento mensal da empresa Contratada serão depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no Banco de Brasília – BRB, segundo o Acordo de Cooperação Técnica nº 008/2018 ou outro documento que venha a substituí-lo.
- 7.8.1. Para cada contrato de prestação de serviços, com emprego de mão de obra, será aberta uma conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome da Contratada.
- 7.8.2. A movimentação dos recursos da conta-depósito vinculada se dará mediante autorização do CBMDF e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas na Cláusula 7.6.
- 7.9. Todas as despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão suportadas pela Contratada, caso haja cobrança de tarifas bancárias e não seja possível a negociação para isenção ou redução das referidas tarifas com o banco oficial.
- 7.9.1. O valor da taxa de abertura e de manutenção de conta será retido do pagamento mensal devido à contratada e creditado na conta-depósito vinculada, caso o banco oficial promova o desconto diretamente na conta.
- 7.10. Os valores referentes às provisões de encargos sociais e trabalhistas especificadas na Cláusula 7.6., retidos por meio da conta-depósito vinculada, não comporão o valor mensal a ser pago diretamente à Contratada.

- 7.11. O acesso às contas-depósito vinculadas, pelo CBMDF, fica condicionado à expressa autorização, pela Contratada, em caráter irrevogável e irretratável, conforme modelo a ser disponibilizado pelo CBMDF.
- 7.11.1. A Contratada deverá entregar a autorização mencionada nesta Cláusula no momento da abertura da conta vinculada.
- 7.12. A Contratada possui o prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação do CBMDF, para entregar a documentação necessária para abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação;
- 7.13. Durante a execução do contrato, a Contratada poderá solicitar a liberação de valores da conta-depósito vinculada em razão do pagamento de 13º salário, pagamento de férias com o abono de férias e as rescisões de contratos de trabalho.
- 7.13.1. Os valores provisionados poderão ser liberados parcialmente ou anualmente, mediante comprovação da ocorrência de 13º salário, de férias com abono de 1/3 ou de dispensa de empregado vinculado ao Contrato.
- 7.13.2. A liberação dos valores depositados na conta-depósito vinculada será efetuada diretamente na conta corrente da Contratada, a título de restituição, após a apresentação de toda a documentação que comprova o pagamento efetuado ao empregado.
- 7.14. A Contratada deverá apresentar ofício ao executor de contrato solicitando a liberação de valores da conta-depósito vinculada, sempre que houver a ocorrência do fato gerador em razão do pagamento de 13º salário, pagamento de férias com o abono de férias e as rescisões de contratos de trabalho.
- 7.14.1. A solicitação de liberação de valores decorrente do pagamento de 13º salário, pagamento de férias com o abono de férias e as rescisões de contratos de trabalho serão efetivadas 01 (uma) vez por mês.
- 7.14.2. A Diretoria de Orçamento e Finanças – DIOFI poderá requerer a complementação ou a correção da documentação apresentada pela Contratada caso seja constatada alguma irregularidade, circunstância que interromperá o prazo de que trata esta Cláusula.
- 7.14.3. A liberação de valores ocorrerá por intermédio de débito na conta-depósito vinculada e crédito direto na conta da Contratada.
- 7.15. Para liberação dos valores referentes ao 13º Salário, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a solicitação de liberação, a seguinte documentação:
- 7.15.1. Folha de pagamento e contracheques dos empregados, com a descrição do salário base, data de admissão na empresa, bem como memória de cálculo do valor do 13º salário;
- 7.15.2. Comprovantes dos pagamentos efetuados aos empregados.
- 7.16. Para Liberação dos valores referentes às férias e abono de férias, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a solicitação de liberação, a seguinte documentação:
- 7.16.1. Aviso de férias;
- 7.16.2. Recibo de férias, com a descrição do salário base, período aquisitivo ou data de admissão e memória de cálculo do valor das férias;
- 7.16.3. Comprovante do pagamento efetuado ao empregado.
- 7.17. Para Liberação dos valores referentes à rescisão de contrato de trabalho, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a solicitação de liberação, a seguinte documentação:
- 7.17.1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente anotada;
- 7.17.2. Notificação de aviso prévio;
- 7.17.3. Exame médico demissional;
- 7.17.4. Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT;
- 7.17.5. Em caso de contrato por prazo determinado, apresentar contrato de trabalho ou de experiência;
- 7.17.6. Comprovante de pagamento das verbas ao empregado;
- 7.17.7. Em caso de despedida sem justa causa, apresentar guia de recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF, com o comprovante de pagamento, devendo ser acompanhado do Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- 7.17.8. Relatórios da GFIP referentes ao mês de competência do desligamento para conferência dos encargos previdenciários sobre as verbas rescisórias do empregado desligado; e
- 7.17.9. GPS do mês de competência do desligamento.

7.18. Os encargos sociais sobre as férias incidem sobre a folha de pagamento de competência do gozo das férias, independentemente de a remuneração das férias ter sido paga antecipadamente, devendo a Contratada apresentar a seguinte documentação:

7.18.1. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP (ou DCTF web) da competência do(s) mês(es) do gozo de férias;

7.18.2. Guia de Recolhimento do FGTS - GRF (ou DCTF web) da(s) competência(s) do(s) mês(es) do gozo de férias, com o recibo de pagamento;

7.18.3. Guia da Previdência Social - GPS (ou DCTF web) da(s) competência(s) do(s) mês(es) do gozo de férias, com o recibo de pagamento.

7.18.4. Outros documentos que o CBMDF entender necessários para a comprovação do fato gerador.

7.19. Os casos omissos serão regulados por meio do Anexo XI da Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito Distrital pelo Decreto nº 38.934/2018.

7.20. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

7.21. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso)."

## 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a partir da data de sua assinatura, **permitida a sua prorrogação na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93.**

## 9. DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia para a execução do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mediante uma das seguintes modalidades a escolha do Contratado: fiança bancária, seguro garantia ou caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes dois últimos ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.2. A garantia deverá ter validade igual ou superior a 90 dias após a vigência do contrato,

9.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

9.3.1. quando em dinheiro, somente poderá ser levantada 90 dias após a extinção do contrato, atualizada monetariamente;

9.3.2. poderá, a critério do CBMDF, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

9.3.3. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.4. Caso a contratada opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 100; Conta 800482-8.

## 10. DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal, **sem prejuízo do estabelecido no Termo de Referência:**

- 11.1.1. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 11.1.2. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- 11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- 11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.5. A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.
- 11.6. Os critérios de sustentabilidade ambiental deverão ser seguidos, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 11.7. Reaproveitar os empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido, nos termos da Lei nº 4.794 de 1º de março de 2012.
- 11.8. Nos termos da Lei 4.766 de 22 de fevereiro de 2012, a empresa contratada, após o reaproveitamento da mão de obra da empresa antecessora, deverá priorizar a contratação de novos empregados para novos postos de trabalho, os trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal.
- 11.9. **Em conformidade com a Lei Distrital nº 6.112/2018 e com o Decreto Distrital nº 40.388/2020, fica a Contratada obrigada a comprovar, no ato de assinatura do Contrato, a implementação de Programa de Integridade mediante a apresentação de Relatório de Perfil e de Relatório de Conformidade do Programa, nos moldes dos anexos I e II do Decreto Distrital nº 40.388/2020.**

## 12. **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste/repactuação de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

## 13. **DAS PENALIDADES**

- 13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

## 14. **DA RESCISÃO AMIGÁVEL**

- 14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## 15. **DA RESCISÃO**

- 15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## 16. **DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

- 16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

## 17. DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

17.1. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal designará uma Comissão de Fiscalização para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

## 18. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO

18.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º da mencionada Lei, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## 19. DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

19.1. Nos termos da Lei nº 5.061/2013 e com fundamento no inciso XXXIII do artigo 7º e inciso I do §3º do artigo 227 da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente Contrato.

## 20. DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

20.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados no CBMDF, o qual manterá arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático dos seus extratos, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem, nos termos do art. 60, *caput*, da Lei 8.666/93.

## 21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal:

Hélio Pereira Lima - Cel. QOBM/Comb.  
Diretor de Contratações e Aquisições

Pela Contratada:

Flávia Macena de Sousa  
Representante legal



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA MACENA DE SOUSA, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 10:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO PEREIRA LIMA - Cel. QOBM/Comb. - Matr.01400023, Diretor(a) de Contratações e Aquisições**, em 23/08/2023, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **120469591** código CRC= **C56199BD**.

